



1

## AS RELAÇÕES RACIAIS NO CEARÁ E O *RAID* DOS JANGADEIROS NEGROS EM ÉPOCA DE LEI AFONSO ARINOS (1951-1958)

Arilson dos Santos Gomes  
Doutor em História  
Unilab MIH e PPGH Universidade Federal do Ceará  
arilsonsdsg@yahoo.com.br

**Resumo:** O objetivo do trabalho é compreender como os impressos de Fortaleza, na década de 1950, tratavam a identidade racial e o fenótipo dos jangadeiros cearenses que realizaram o *raid* em sua luta por direitos trabalhistas, justamente em um contexto de criação da primeira Lei que passa a tratar como contravenção penal a discriminação racial no Brasil. Diante disso, a questão é: como eram registradas, no período, as discussões raciais nos impressos? Por meio da análise de conteúdo e do exame de fotografias, cotejado com bibliografia pertinente, o estudo conclui que, ao negar o racismo e a contribuição de pretos e negros à identidade regional, por meio da identificação racial dos jangadeiros como caboclos, reproduziu-se, no Ceará, um “racismo à cearense”.

### Considerações iniciais

As ações dos jangadeiros “negros” cearenses no *raid* (incursão ao mar), realizado em 1951, foram fundamentais para a compreensão das dinâmicas relacionadas às reivindicações de melhorias das condições de trabalho e da garantia de direitos da classe (NEVES, 2007). A ênfase ao termo (negros) no trabalho incide no reconhecimento dos traços “negroides” dos jangadeiros cearenses divulgados nas imagens dos impressos; e registrados nas escritas dos redatores jornalísticos de “caboclos”.

O recorte temporal deste trabalho é do ano de 1951, ano de promulgação da Lei nº 1.390/1951, que torna crime de contravenção penal o ato de um estabelecimento recusar hospedagem, serviço e atendimento a negros, perpassando a repercussão midiática realizada por ocasião do segundo *raid* realizado pelos jangadeiros cearenses para cobrar os seus direitos ao então presidente Getúlio Vargas (1882-1954). Em virtude da complexidade de examinar as relações raciais no estado, os exames dos impressos terão como período limite o ano de 1958, em decorrência de um artigo publicado pela colunista cearense Adísia Sá, dias antes do Primeiro Congresso Nacional do Negro realizado na cidade de Porto Alegre/RS.



Por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2009), nos seus aspectos qualitativos, e com o propósito de examinar notícias sobre o *raid* de 1951, além de bibliografia pertinente utilizar-se-ão matérias jornalísticas.<sup>1</sup>

Nas fontes anunciadas, serão analisadas as fotografias dos jangadeiros, das quais serão observadas as características fenotípicas (conjunto de características físicas visíveis do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os traços faciais) a fim de identificar as suas características raciais por meio da “discriminação positiva”.<sup>2</sup>

Não se pretende utilizar as imagens como meras figuras ilustrativas no artigo, mas, sim, demonstrar um estudo comparativo dos sistemas de símbolos e significados da linguagem fotográfica a partir de aspectos visualizáveis (LEITE, 1993), sobretudo em relação ao fenótipo dos sujeitos examinados.

Cabe destacar que o termo “raça” aqui é usado porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas “[...] devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas” (GOMES, 2005, p.45).<sup>3</sup>

## O surgimento do caboclo cearense

“O caboclo é uma categoria social complexa que institui dimensões geográficas, raciais e de classe”, de acordo com Deborah de Magalhães Lima (1999). Na dimensão geográfica, ele é reconhecido como um dos “[...] tipos regionais do Brasil [...]”. Em geral,

---

<sup>1</sup> A coleta de dados focou em matérias que publicaram as seguintes unidades de registros: “raça”, “preto”, “negro”, “branco”, “índio”, “caboclo”, “miscigenação”, “preconceito de cor”, “racismo”, “discriminação racial”, “ódio racial” e “Lei Afonso Arinos”, assim como outros termos que foram adicionados para o entendimento do conteúdo analisado.

<sup>2</sup> No contexto atual das Ações Afirmativas, a perspectiva desse artigo trata da discriminação positiva dos sujeitos, como aduz Ricardo Lewandowski. Segundo o autor: “[...] os constituintes de 1988 qualificaram de inafiançável o crime de racismo, com o escopo de impedir a discriminação negativa de determinados grupos de pessoas, partindo do conceito de raça, não como fato biológico, mas enquanto categoria histórico-social, assim também é possível empregar essa mesma lógica para autorizar a utilização, pelo Estado, da discriminação positiva com vistas a estimular a inclusão social de grupos tradicionalmente excluídos”. (LEWANDOWSKI, 2012, p. 20).

<sup>3</sup> A identidade racial negra é resignificada pelas ideologias dos movimentos sociais de maneira assertiva à resistência contra a opressão. O termo raça não é alicerçado na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usado no século XIX, mas sim em sua dimensão social e política (GOMES, 2005, p. 45).



a autora destaca que “[...] os caboclos são reconhecidos pelos brasileiros como tipo humano característico da população rural da Amazônia [...]. O caboclo é também uma mistura racial. Refere-se ao filho de branco com o índio.” (LIMA, 1999, p. 06).

Em relação aos dois primeiros censos nacionais (1872 e 1890), João Pacheco de Oliveira (1997) constata que a população indígena foi designada por “caboclos”. Em ambos os censos existem quatro categorias, ali chamadas de “raças”: “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”. No censo de 1890, são traduzidas essas categorias para o idioma francês. Os “pardos” são caracterizados como mestiços (“métis”), enquanto os “caboclos” seriam os indígenas (“indiens”). (OLIVEIRA, 1997, p. 70).

Na literatura, o romance escrito por José de Alencar (1829-1877) traz sentidos para a mistura racial na formação do cearense. *Iracema*, livro escrito em 1865, trata da relação entre a indígena Iracema e o europeu Martim. Do “amor” entre ambos surge o Moacir, “filho do sofrimento” [...] Havia aí a predestinação de uma raça?”, questiona o autor no final do romance (ALENCAR, 1865, p. 72). Seria Moacir, decantado em verso e prosa, o primeiro cearense. Esta fabricação estaria alinhada, guardadas as proporções, a uma “fábula das raças” (DAMATTA, 2000) à nível regional.

Na escrita da história, o Instituto Histórico do Ceará (1887) aviltada na hipótese de que a pouca presença das populações negras se justificaria pela escravidão menos intensa do que em outras regiões do Brasil. O espaço reproduziu a história do pioneirismo abolicionista e a manutenção do *status quo* das elites políticas letradas, legando às populações negras estigmas e estereótipos (FUNES; RODRIGUES; RIBARD, 2020).

Ana Sara Irfi (2008, p. 48) pesquisou as categorias “raciais” escravistas no sul do Estado do Ceará dos “oitocentos” e constata, “[...] na vantagem da cor mais clara [...] os pardos libertos poderiam se inserir com maiores chances de êxito na esfera dos brancos”. “A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta aqueles que ficava conhecendo”, aponta Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1976, p. 55). Nessas relações, “[...] os limites sociais



da sua mobilidade dependiam sem dúvida da aparência (quanto mais “negroide”, menos móvel)” (SKIDMORE, 1976, p. 56).<sup>4</sup>

O termo “caboclo” é também empregado como “uma categoria relacional”. “Identifica uma posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica”. Os critérios utilizados nessa classificação cotidiana “[...] incluem as qualidades rurais, descendência indígena e ‘não civilizada’, que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada”. (LIMA, 1999, p. 07-08).

Em 1914, “Monteiro Lobato começou a publicar artigos de jornal sobre o estado de atraso da agricultura brasileira [...]”.<sup>5</sup> Os ensaios resultaram na publicação de “Urupês” (1918), que focalizava a preguiça e a ignorância do caboclo (termo abrangente para todo o paulista nato – com uma pitada de índio, tipo encontradiço do interior), a quem deu o nome de “Jeca Tatu”. Para Skidmore, “Lobato acusava uma nova escola de escritores (não identificada) de enfeitar o caboclo com as velhas virtudes índias de orgulho altaneiro, lealdade, bravura e virilidade heroica, quando na verdade, era ‘incapaz de evolução, impenetrável ao progresso’.” (SKIDMORE, 1976, p. 199-200). Em certa medida, uma crítica à construção alencarina (FREITAS, 2015).

Ildenfonso Albano (1885-1957), Prefeito de Fortaleza (1921-1923) e governador do Estado do Ceará (1923-1924), admirador de José de Alencar, foi o criador do Mané Xique-Xique. Um “contra ensaio” a Lobato, no qual descreve “[...] o homem do sertão (que ele batizou de “Mané Xique-Xique”) como fazendeiro modelar, intrépido criador de gado, pescador habilíssimo e eficiente coletor de borracha. Era ele o ‘sustentáculo da nação’.” [...] (SKIDMORE, 1976, p. 200).

O “Mané Xique-Xique” “[...] mais do que o bom sertanejo é a construção do cearense idealizado e do cidadão perfeito que a República Brasileira necessitava. Apesar do instinto justiceiro, respeitava as leis, apreciava os homens públicos do Estado.”, como aponta Bianca Freitas (2015, p. 13). O caboclo, a partir de então, é revigorado.

---

<sup>4</sup> Em relação ao contexto cultural, político e social do pós-abolição, o racismo científico, a higienização, a política do branqueamento e da mestiçagem mantinham a inferiorização dos corpos e das culturas das populações negras.

<sup>5</sup> No contexto, as organizações e os coletivos negros lutavam pela diplomação do deputado negro Manuel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910) à Câmara Federal, assim como liderado por João Cândido (1880-1969), em 1910, ocorreu a Revolta da Chibata (GOMES; DOMINGUES, 2013; NASCIMENTO, 2007).



De acordo com Jerry Dávila (2005, p. 60), “A preocupação com a ‘redenção’ do Brasil reuniu a educação e a saúde em um empenho comum”. Manoel Lourenço Filho, em 1922, da Escola Normal de São Paulo, foi contratado por Ildelfonso Albano para trabalhar pelo progresso do Estado. Em Juazeiro, terra de Padre Cícero, Lourenço Filho, educador e pedagogo, relatou: “[...] na costa, predomina o branco, fato que demonstra preponderância ariana da nossa gente de hoje, a breve trecho, surgem, porém, expressões do mais violento caldeamento as três raças primitivas, com a presença muito rara do preto puro.” (FILHO, 1955, p. 34. *apud* DÁVILA, 2005, p. 62-63). A solução era a educação. “A miséria que os brasileiros enfrentavam era a responsável por sua ‘degeneração’.”

“O governo na verdade encorajava a degeneração promovendo jogos políticos de curto prazo entre as facções locais [...] por meio da construção de escolas e da reorientação das prioridades das elites.” (DÁVILA, 2005, p. 63), incluindo as cearenses.<sup>6</sup>

A campanha de saúde pública “[...] destinada a resgatar o caluniado homem do interior não se fizera acompanhar de uma revisão do ‘problema étnico’ [...]. ‘Jeca Tatu’ não tinha, na concepção geral, uma gota sequer de sangue africano. Muito pelo contrário. Pensava-se que ele fosse (no que passasse a realidade) um branco retrógrado, com, talvez, um pouco de sangue índio.” (SKIDMORE, 1976, p. 204). Portanto, no Sul, o caboclo não era associado às populações negras, assim como no Ceará (MENEZES, 1995).

A categoria regional do termo “caboclo” é enfatizada por José de Carvalho na década de 1930 em sua obra *O matuto cearense e o caboclo do Pará – contribuição ao folk-lore nacional*. Para o autor, as diferenças entre esses dos “tipos” era a mistura racial e a diversidade climática do Ceará em contraponto à natureza Amazônica, rica em florestas e rios, o que teria originado um caboclo nortista mais simples, mais primitivo e menos complicado. No livro, o autor, entre as comparações regionais, distingue o caboclo como um “tipo” da Amazônia ao invés de um tipo cearense. Apesar disso, essa situação não impediu a construção do “caboclo/matuto cearense” já que ele tinha o que era

---

<sup>6</sup> Para Durval Muniz de Albuquerque, isso não se tratava de uma operação ingênua, pois: “[...] as esperanças das elites nordestinas pareciam deslocar-se para a possibilidade de o sertanejo vir a se tornar o tipo regional capaz de responder aos desafios que o espaço enfrentava nos anos 20 e 30”, o que “[...] parece denunciar a mudança de poder no interior dos Estados”, a mudança de grupos políticos que começavam a substituir os grupos vinculados à economia da escravidão. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 190).



necessário, além da “coragem, o sangue indígena”, igualmente associado ao vaqueiro (CARVALHO, 1930).<sup>7</sup>

Em 1944, em pleno Estado Novo getulista, no contexto da II Guerra Mundial, Gilberto Freyre (1900-1987) realizou uma palestra no Teatro José de Alencar de Fortaleza. Em sua fala, destacou que o Brasil precisava inspirar-se no espírito solidário das tradições cearenses contra uma sociedade competitiva. Para Freyre, as atividades econômicas passavam por “[...] um desordenado começo, ostensivo em São Paulo e já visível noutras áreas, de industrialização, de urbanização e de secularização.” (FREYRE, 1967, p. 11). Uma nítida defesa a um passado agrário tradicional (FERNANDES, 1978).

Parsifal Barroso (1913-1986), intelectual local, descreve que, após assistir à conferência realizada por Freyre, sentiu-se instigado a aplicar o modelo freyreano para compreender a origem da “cearensidade”. Ele procura, no “mestre”, elementos da “[...] flor amorosa das três raças tristes [...]” (BARROSO, 1969, p. 44). Conclui suas pesquisas defendendo que o Ceará é constituído por apenas duas combinações étnicas básicas — o português e o índio — considerando a contribuição africana (negra) sem importância.

O termo caboclo, “[...] nunca foi associado a um movimento político.” (LIMA, 1999, p. 22). Ou seja: “Não há uma identidade clara, forte e socialmente valorizada relacionada ao termo [...]”. Não é senão uma encenação pré-fabricada, uma aceitação dissimulada da nomeação que é imputada ao locutor e que este adota para uma plateia específica: uma que lhe seja (ou que ele considere) superior.” (LIMA, 1999, p. 26), diferentemente da construção afirmativa da identidade negra.

Após o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), a redemocratização foi marcada pela intensa agitação política, advinda das negociações em que, por meio de suas ideologias, novos grupos ou classes, até então sem forte participação nas instâncias de poder, passam a reivindicar melhores condições materiais e representação na política brasileira. O modelo político para equilibrar as tensões da incipiente democracia foi identificado na ideologia trabalhista promovida pelo estado e pela mobilização dos

---

<sup>7</sup> Como nos traz Durval Albuquerque, “[...] os discursos das elites nordestinas no período de 20 a 30 são harmonizadas naquilo que seja uma característica do pensamento brasileiro, não ter amor pelas oposições e pela dissidência e sim pela harmonização dos contrários” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 198).



movimentos sociais originados com esse processo, os quais passam a ter espaço no período conhecido como populismo ou do pacto trabalhista (WEFFORT, 1973; GOMES, 1988). Entre esses movimentos sociais, estão o movimento negro e o movimento dos jangadeiros (GOMES, 2014).<sup>8</sup>

### **Uma breve análise das relações raciais a partir dos impressos da década de 1950 e a afirmação da identidade negra ao racismo à cearense**

Antes de analisar a situação dos jangadeiros, serão examinadas, brevemente, algumas matérias para dimensionar a questão racial e a sua relação possível com as populações negras do Ceará. Diante disso, localizaram-se inúmeras matérias sobre discriminação racial e racismo nos jornais cearenses da década de 1950.<sup>9</sup> Na maioria das matérias, tem-se notadamente o interesse na divulgação dos casos de racismo ocorridos nos Estados Unidos. Quando o racismo ocorria no Brasil, era denominado de “racismo yankee”. Quanto à integração dos grupos, no Ceará, o discurso hegemônico é o de uma sociedade democraticamente integrada ao *ethos* cearense, à “cearensidade”.

A delimitação temporal da seleção de matérias fica entre 1951, ano de publicação da Lei Afonso Arinos, e 1958, ano de realização do Primeiro Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre, organizado pela Sociedade Negra Floresta Aurora,<sup>10</sup> evento ocorrido dias depois do artigo de Adísia Sá, intitulado: *Discriminação racial*.

As matérias foram selecionadas a partir de um recorte que tem como foco localizar os assuntos que tratam, em alguma medida, do reconhecimento da presença da identidade negra nos periódicos de grande circulação no Estado do Ceará no período.

---

<sup>8</sup> Nesse contexto, surge no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro. O grupo contestava a discriminação; formava atores; reivindicava a diferença; promovia o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e realizava cursos de alfabetização (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

<sup>9</sup> Nos impressos cearenses: *O Estado* de 13/09/1958, p.01, *O Democrata*, sd, de setembro de 1958, sp e no *Gazeta de Notícias* de 13/09/1958, p. 01 e foi possível acompanhar o referendo sobre a questão da integração escolar dos negros propostos pelo Governador do Arkansas (E.U.A), Orval Faubus. No jornal *O Nordeste*, Orval Faubus é acusado de “perseguidor de negros”. (*O NORDESTE*, 18/09/1958, sp).

<sup>10</sup> O TEN realizou congressos e convenções em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1945, 1946, 1949. Deve-se estar atento à mudança sofrida na nomenclatura de 1950, intitulado: Primeiro Congresso do Negro, também organizado pelo TEN e o Primeiro Congresso Nacional do Negro, organizado pela Floresta Aurora em 1958 (GOMES, 2008).



Realiza-se uma análise de conteúdo das matérias intituladas: *São Paulo, Foco de Racistas*, *Anjo Negro* e *Discriminação Racial*. Na matéria *São Paulo, foco de racistas*, Francisco Moraes, candidato a vereador da cidade de São Paulo, acusa a cidade de ser um “foco de racistas”, com mais de “trezentos casos” de “preconceito de cor”. Moraes diz que levará ao Tribunal de Justiça denúncias “[...] dentro dos dispositivos que a recente lei sobre o assunto determina”. E o que determinava a Lei: “[...] instituiu como *contravenção penal* o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros (Grifo nosso). Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses”.<sup>11</sup>

Em consulta ao Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo, constatou-se que Moraes exerceria a função de Vereador uma década depois desses acontecimentos, na Legislatura de 1964 a 1969. Primeiro, como correligionário da UDN, e, depois, na ditadura, com a implantação do Ato Institucional nº 2, que instituiu o bipartidarismo na ARENA. Ou seja, Francisco Moraes era da mesma linha ideológica do deputado Afonso Arinos, relator da lei em questão.

Fundamentado em Abdias do Nascimento (2004), evidencia-se que os partidos progressistas, na época, creditavam a desigualdade e as discriminações à questão de classe, possibilitando, provavelmente, o uso eleitoral da demanda por parte dos partidos conservadores. Independentemente dessa situação, a matéria anteriormente citada foi a única identificada sobre a Lei Afonso Arinos, nos impressos analisados; porém, comprova as repercussões do decreto no estado do Ceará.

Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), autora do conto *Anjo Negro* (1951), atuava como romancista, contista e cronista. Nascida em São Paulo e falecida no Rio de Janeiro, colaborava como colunista e, com isso, contribuindo à opinião pública local. A coluna evidencia um conto interessante para se analisar raça, gênero e naturalização do racismo, já que, nesse caso, o termo “anjo negro” denota a epiderme das mulheres referenciadas a partir da designação da autora. Porém, faz com que a pesquisa se atente para quem escreveu a matéria; a colunista, fenotipicamente branca, como imagens públicas consultadas permite-nos visualizar, constrói referências às mulheres negras, em

---

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.



um conto narrado pelo prisma das relações de trabalho. Alice e Marcelina ocupam, como cozinheiras, arrumadeiras e criadas, em relação ao patrão e à patroa, o lugar de subalternidade das hierarquias. A coluna reforça, por meio de registros destacados, os dispositivos: “anjo negro, anjo e anjos” sete vezes, incluindo o título da matéria, para tratar das duas mulheres que, em sua índole fiel ou infantil, são legadas às suas personalidades. Termo advindo do espólio das relações raciais ainda presentes, influenciadas pela longa escravidão brasileira que cria um “espelho” ou modelo à raça negra. Como se o exemplo da bondade fosse uma colher de chá, segundo enfatiza Lélia Gonzales (1984, p. 235) parafraseando Gilberto Freyre: “A única colher de chá que dá pra gente e quando fala da ‘figura boa da ama negra’ [...]” da “mãe preta”, da “bá”, que “[...] cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura. Nessa hora, a gente é vista como figura boa e vira gente”.

Em 1958, no *Jornal Gazeta de Notícias*, localizou-se o artigo intitulado: *Discriminação Racial*. Na matéria, Adísia Sá descreveu o seu trauma ao presenciar as tropas norte-americanas em Fortaleza para a construção de pontes aéreas para a África na II Guerra. De acordo com Sá, o que chamou a sua atenção foi o ineditismo de ver a “distância entre pretos e brancos”, o que deixou em sua alma “revolta”. A autora ainda expressa: “[...] que os exemplos dos yankees não cheguem até nós, que sempre fomos irmãos de pretos e brancos, de índios e mulatos [...] tão imitadores que somos nós – por chaga que queima, humilha e degrada um povo: a discriminação racial.” Adísia reforça os sentidos de afeto característico da harmonia racial contra a segregação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/07/1958, p. 03).

Dias depois desse artigo, entre os dias 14 e 19 de setembro de 1958, ocorreu a abertura do Primeiro Congresso Nacional do Negro da cidade de Porto Alegre, sob a organização da Sociedade Floresta Aurora.<sup>12</sup> O encontro teve como objetivos: primeiro, a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil; segundo, a situação do homem de cor na sociedade; terceiro, o papel histórico do negro no Brasil e demais nações

---

<sup>12</sup> A Sociedade Floresta Aurora foi fundada por negras e negros forros em Porto Alegre/RS, em 31 de dezembro de 1872, com o objetivo de gerar pecúlio para custear as despesas de enterros de escravizados e libertos. O Clube Negro existe até os dias atuais.



(GOMES, 2008). Um encontro nacional sem nenhuma repercussão nos impressos locais.<sup>13</sup> Porém, era comum, nos jornais cearenses, localizar a cidades turísticas de Gramado e as ações políticas do PTB e de Brizola no Rio Grande do Sul.<sup>14</sup>

Diante dessa consolidação de uma “possível” identidade do “caboclo cearense” e da reprodução em matérias jornalísticas de que o negro é de fora ou de que o racismo não existe no Ceará, questiona-se como a identidade negra foi afirmada em contraponto a um “racismo à cearense”?

O “racismo à cearense”, diferentemente do “racismo à brasileira”, teorizado por Damatta (2000) como “fábula das raças” — calcado na pretensa harmonia racial que reforçava hierarquias entre brancos, índios e negros no Ceará — é caracterizado somente pela relação entre brancos e índios, excluindo a presença negra; isso gerou o que Antonio Vilamarque Sousa (2006) identificou como “racismo à cearense”.

Esse tipo de racismo foi notado por ocasião da arregimentação de pessoas para o Grupo União e Consciência Negra (Grucon) de Fortaleza, no início da década de 1980, como relata Lúcia Simão, fundadora do grupo: “A dificuldade no início de convidar negros para aumentar o grupo que tinha somente seis membros foi porque naquela época era uma grande ofensa chamar um negro de negro, mesmo tendo muitos negros no Jardim Iracema. Quando a gente convidava algumas jovens para o grupo, respondiam: ‘Não sou negra, tomo sol. Ando na praia’. Ou então: ‘o meu cabelo ficou assim, porque uma mulher que não tinha mão boa cortou’. Essa foi a dificuldade no bairro até o grupo ficar conhecido.” (SIMÃO *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 90).<sup>15</sup>

### **Os impressos e as marcas raciais observáveis dos jangadeiros**

---

<sup>13</sup> O Primeiro Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre foi registrado em impressos de circulação nacional como a *Revista do Globo*, e jornais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro (GOMES, 2008).

<sup>14</sup> Os demais jornais consultados na Biblioteca Pública do Estado do Ceará, de Fortaleza, foram: *Correio do Ceará*, 04/02/1955, p. 8, *Democrata*, 01 a 30/09/1958, *Gazeta de Notícias*, setembro de 1958, *O Estado*, setembro de 1958, *O Nordeste*, setembro de 1958, 13 a 24 de setembro de 1958, *O Povo*, setembro de 1958, *sp.* e *O Unitário*, 08/02/1955, p. 08.

<sup>15</sup> Pesquisas no Ceará, a partir da década de 1990, evidenciam as resistências culturais e sociais dos sujeitos escravizados e libertos diante da condição de inumanidade imposta antes e depois da abolição (FUNES; RODRIGUES, RIBARD, 2020).



Antes de analisar os traços dos jangadeiros negros cearenses, convém mencionar os *raids* já ocorridos à Capital Federal. Em 1922, sob as homenagens do Centenário da Independência, ocorreram os “*raids* da independência”. Uma espécie de “corrida da sorte” promovida pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, com o patrocínio do Senado brasileiro e de doações efetuadas pelos leitores do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, que entre as suas páginas registrou as aventuras dos jangadeiros pelo País.<sup>16</sup>

Os *raidmen*, como foram denominados pescadores, marujos e jangadeiros, arriscaram-se pela “festa do centenário”; e pelas recompensas almejadas em alusão à efeméride, já que “[...] conforme a distância e as dificuldades do percurso (marítimo) os valores poderiam ser maiores.” (A NOITE, 22/09/1922, p. 03).

E “[...] foi assim que deixaram as praias alvinitentes do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Parahyba, de Pernambuco, da Bahia, do Espírito Santo e do Paraná, os valentes pescadores.” (A NOITE, 27/09/1922, p. 03). Portanto, os cearenses sem a “fabricação” plena de “ser caboclo” já haviam se aventurado à Capital Federal.

Porém, um fato desencadeou preocupação: os jangadeiros alagoanos, que saíram da enseada de Jaraguá, em Maceió, rumo ao Sul, sumiram (A NOITE, 19/09/1922, p. 02). A jangada, denominada “Independência”, contou com a presença de quatro pescadores: Umbilino José dos Santos, Joaquim Faustino de Santa’Ana, Eugênio Antônio Oliveira e Pedro Ganhado da Silva; mas, por motivos de mal tempo, somente em dezembro chegaram ao seu destino, sendo recebidos com festa pelo presidente Arthur Bernardes.

Em imagens dos jornais da época, é possível observar os marcadores fenotípicos brancos dos alagoanos, em relação a pele, cabelo, nariz e lábios.<sup>17</sup>

**Figura 1 - Características fenotípicas dos jangadeiros alagoanos.**

<sup>16</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 31/08/1922, p.03, 11/09/1922, *sp.*, 13/09/1922, *sp.*, 14/09/1922, Coluna, Independência, *sp.*, 15/09/1922, *sp.*, 15/09/1922, *sp.*, 16/09/1922, *sp.*, 18/09/1922, p.01, 19/09/1922, p.05, 19/02/1922, *sp.*, 19/02/1922, p.02, p.03, 22/09/1922, p.03, 23/09/1922, p.07, 27/09/1922, p.03, 28/09/1922, *sp.*, 04/10/1922, *sp.* e 05/10/1922, *sp.*

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-epica-viagem-dos-jangadeiros-alagoanos-ao-rio-de-janeiro-em-1922.html>. Acesso 6 jul. 2023.



Fonte: A NOITE, 09/12/1922.

Destaca-se que os *raidmen*, independentemente de seus estados, eram denominados “bravos, patriotas e heróis”. Em relação às suas qualidades, eram consagrados “[...] de beleza moral e physica” (A NOITE, 27/09/1922, p. 03). Nas matérias consultadas, não há menção à raça ou ao termo “caboclo” designado aos marítimos.<sup>18</sup>

As características fenotípicas observáveis são definidas por Oracy Nogueira (2006), em termos de relações raciais, como “marcas” do sujeito.<sup>19</sup> É nesse olhar, em uma situação discriminatória, que um grupo ou um indivíduo pode ser excluído ou aceito às possíveis oportunidades sociais e materiais (LEWANDOWSKI, 2012). É a partir dessa situação que se propõe analisar as imagens dos jangadeiros cearenses que realizaram o *raid* no ano de 1951, no mesmo ano em que entra em vigor a primeira lei que reconhece a discriminação racial como uma contravenção penal. Todavia, não era a primeira vez que os jangadeiros se lançavam aos mares.<sup>20</sup>

No periódico analisado, *O Estado*, tem-se uma observação correspondente aos fenótipos dos sujeitos ao mesmo tempo em que há um desejo de sorte. Segundo a matéria: “[...] Oxalá, os nossos *heróis bronzeados do sol* vençam não só os mares como a obstinação das autoridades sulinas.” (Grifo nosso). (O ESTADO, 14/10/1951, p. 08).

<sup>18</sup> Skidmore afirma que a “[...] soma total das características físicas (o fenótipo), era o fator determinante, na sociedade pós-abolicionista, embora sua aplicação (em relação ao mestiço), pudesse variar de região para região, conforme a área e o observador (SKIDMORE, 1976, p. 55).

<sup>19</sup> As características que possam definir alguém — como, fenotipicamente, da raça negra (preta e parda), branca, indígena, amarela etc. — incidem nos aspectos observáveis: cor da pele, lábios, nariz, cabelo e traços faciais em conjunto. Essa conjunção de fatores possibilita a definição da fisionomia dos sujeitos observados por uma outra pessoa.

<sup>20</sup> No primeiro *raid*, reivindicativo por direitos previdenciários, quatro jangadeiros se deslocaram: Raimundo Lima “Tatá”, Jerônimo, Manoel Preto e Manoel “Jacaré”. Saíram de Fortaleza em uma pequena jangada chamada “São Pedro”, em 14 de setembro de 1941, para o Rio de Janeiro (SANTOS, 2009).



O periódico registra que os “heróis” eram “bronzeados do sol”. Essa observação identifica, mesmo que de maneira trivial ao olhar de quem apenas observa um “bronze” de dias ensolarados, uma cor de pele no mínimo mais escura em comparação, por exemplo, à brancura.

Em outra matéria, localizada no dia 20 de dezembro de 1951, os jangadeiros, como escala, atacam na capital da República e são recebidos como “heróis”. Assim, tem-se o seguinte registro:

Rio – *A senhora que tirava e botava o chapéu, que despenteava o cabelo avermelhados na face marcada pelo sangue índio e que deixava a chuva escorrer-lhe a face era cearense e gritava. Oba – Ceará homem! A garota de Copacabana, também indiferente à chuva, lançava-se contra os cinco caboclos nordestinos e beijava-os [...]* (Grifo nosso). (O ESTADO, 20/12/1951, p. 08).

Na reportagem mencionada, localizam-se dispositivos instigantes para a análise, já que o periódico destaca o “sangue índio” da senhora cearense ao ovacionar os seus conterrâneos bem como cita a “garota de copacabana” que beijava de alegria os “caboclos nordestinos”.<sup>21</sup>

Ao identificá-los como “caboclos”, e ao associar o “índio ao cearense”, o jornal *O Estado*, mesmo sem pormenorizar as características fenotípicas dos jangadeiros, de uma maneira geral, reproduz uma “fábula racial” (DAMATTA, 2000). Mas, e os pretos, parte mais retinta da população? Como eram identificados? Seria representante deste grupo o jangadeiro Manoel Preto? Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na atualidade, preto pode ser considerado negro. No conteúdo do impresso, o preto é cor, e está aglutinado à identidade “cabocla” ao invés de uma diferenciação particular, como negro.

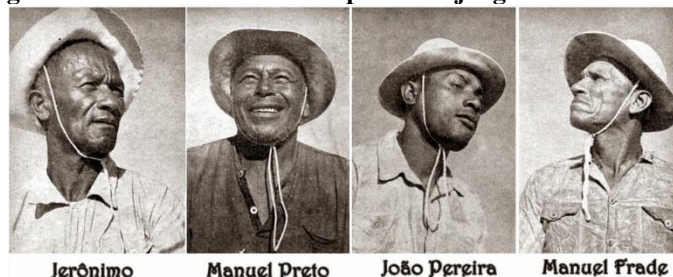
Em fevereiro de 1952, os jangadeiros chegam à Porto Alegre. E, assim como no Rio de Janeiro, são recebidos com festa. A seguir, na Figura 2, selecionada da *Revista do Globo*, é possível observar as características fenotípicas dos jangadeiros (REVISTA do Globo, nº 556. 15/03/1952, p. 34/37).

---

<sup>21</sup> João Pacheco de Oliveira identifica o termo caboclo também a partir da mistura do índios com pretos (1997). Porém, como aduz Henrique Cunha (2015), o mestiço embranquecido era mais valorizado que o mestiço enegrecido.

Na visualização, notadamente, os jangadeiros negociaram suas poses para as fotos, representadas pelos olhares à direita, à esquerda e ao sorrir, como é o caso de Manoel Preto.

**Figura 2 - Características fenotípicas dos jangadeiros cearenses.**



Fonte: Revista do Globo: Porto Alegre, 15 de março, 1952. p.35.

Em seus aspectos fenotípicos, os traços dos jangadeiros são característicos das populações negras, já que, no mínimo, são “caboclos enegrecidos”. Nitidamente diferentes dos jangadeiros alagoanos visíveis na Figura 1. Na figura 2, os cabelos, em virtude dos chapéus, são inobserváveis; porém, ao que parece, são de texturas crespas. Em uma certa medida, tanto o cabelo de Jerônimo como o de Manoel Preto parecem ser mais brancos, notadamente pela barba rala branca de Manoel Preto. Todas as peles observadas são escuras, em que pese a falta de uma definição mais acurada em virtude das fotografias serem em preto e branco. No entanto, o grupo tem como característica geral os traços negroides.

### **Considerações finais**

Os *raids* dos jangadeiros cearenses foram pesquisados por Berenice de Castro Neves (2007) e Márcia Juliana Santos (2009). As discussões apresentadas neste trabalho foram sob a perspectiva racial, da afirmação da raça negra no estado do Ceará, tendo por mote o reconhecimento do fenótipo enegrecido dos “[...] bravos homens do mar”, que “[...] raramente são referenciados como negros.” (RATTS, 2016, p. 07). Foi sobre o prisma de uma construção racial política, cultural e social da identidade negra positiva diante da opressão (SOUZA, 1983; MUNANGA, 1999) que se discutiu.

A maneira que os impressos analisados encontravam para não distinguir os grupos era apostando na brasilidade e na cearensidade — termos e ideias que reúnem



grupos diferentes que formam um todo. Lembremos, “[...] o caboclo não é utilizado como um termo de autodesignação, nunca foi associado a um movimento político.” (LIMA, 1999, p. 22).

Cabocla é a identidade regional cearense (branco e índio), fabricada por Idelfonso Albano (e seu Mané Xique-Xique, Djacir de Menezes, José de Carvalho e seu matuto cearense) e Persifal Barroso, que viria a ser governador. O que esses sujeitos têm em comum? Foram políticos ou intelectuais vinculados ao Instituto Histórico do Ceará.

Se a Lei Afonso Arinos tinha dificuldades de aplicação em São Paulo, como denunciou o político Francisco Moraes, no Ceará, os resultados da lei ou os casos de racismo sequer foram citados ou localizados nos impressos. Ou registrados sempre como casos de racismo de fora do Ceará. Para Alex Ratts (2011), o discurso histórico de que não tem negro no estado é poderoso, já que, sem negro, não existe racismo.

No Estado, era comum às próprias populações mais retintas negarem a sua cor, antes de 1980, como demonstra Lúcia Simão, liderança do Grucon. Sem essa consciência, dificilmente os jangadeiros ou qualquer outra pessoa, independentemente de sua epiderme ou das suas características raciais, conseguiria romper a hegemonia de um discurso que reforçava a existência do caboclo e a ausência de negros, ao mesmo tempo em que negava a existência do racismo, este identificado como “Iaque e paulista”.

### Referências:

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O nordestino e a invenção do “falo”** – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1865. p. 72.
- BARDIN, Laurence. Lisboa: **Análise de conteúdo**, Editora 70, 2009.
- BARROSO, Percifal. **O cearense**. Rio de Janeiro: Record, 1969. p. 44.
- CARVALHO, José de. **O matuto cearense e o caboclo do Pará – contribuição ao folklore nacional**. Belém: Jornal de Belém, 1930.
- CUNHA, JR. Henrique. Cultura afro-cearense. In: **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2011, p. 102-132.
- DAMATTA, Roberto. “Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira”. In: DAMATTA, Roberto. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 58-85.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura – Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.



- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **Catirina, minha nêga tão querendo te vende**. Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX. Fortaleza: Secult, 2011.
- FREITAS, Bianca Nascimento de. **Os manos Jeca e Mané: o sertão e o sertanejo na escrita combativa de Ildefonso Albano no início do século XX**. Anais do Encontro Nacional de História Política. Universidade Estadual do Ceará. 2015. Disponível em: <http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 07 de jul. 2023.
- FREYRE, Gilberto. **A propósito do Cearense: sugestões em torno da sua etnia e do seu “Ethos”** 1967. p. 11. Disponível em: <https://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/revistas/1983>. Acesso em: 16 set.2022.
- FUNES, Eurípedes Antônio; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org.). **Histórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p.343
- GOMES, Arilson dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2014.
- GOMES, Arilson dos Santos. **A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958)**. (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2008.
- GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil. In: **Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005. p. 45.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **Cabras, caboclos, negros e mulatos – A família escrava no Cariri cearense (1850-1884)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFC, Fortaleza/ CE, (2015).
- LEITE, Miriam Moreira. A imagem através de palavras. In: **Retratos de família**. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEWANDOWSKI, Ricardo. STF. **Supremo Tribunal Federal. ADPF: 186 DF**. Data de Julgamento: 26/04/2012. p. 20.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.
- MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**. Fortaleza: UFC, 1995.
- MILES, Tshombe L. **A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.



- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O negro e o Congresso Brasileiro. In MUNANGA, Kabenguele.(Org.). **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares –MINC, v.1, 2004, p.223.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Contra a chibata, canhões. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2007.
- NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012.
- NEVES, Berenice Abreu de Castro. **O raid da jangada de São Pedro: pescadores, estado novo e luta por direitos**. 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História-UFF, Rio de Janeiro, 2007.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem - Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997.
- RATTS, Alex. O negro no Ceará (ou o Ceará negro). In: **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2011, p.19-40.
- RATTS, Alex. A diferença negra indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v.7, n.12, 2016. p. 05.
- SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n.39, p.339-349, jul-dez. 2009.
- SOUSA, Antonio Vilamarque C. de. **Da “negrada negada” a negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo Populista. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 4, 1973.